

Promoção

BANCO CENTRAL DO BRASIL

SEBRAE

Parceria



FEBRABAN

Ministério do
Desenvolvimento Social e
Combate à Fome



II Fórum Banco Central sobre

Inclusão Financeira

Brasília – DF – Brasil

De 17 a 19 de novembro de 2010

Programação

II Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira

Promoção



BANCO CENTRAL DO BRASIL



Parceria



Organização das Cooperativas Brasileiras

FEBRABAN

Ministério do
Desenvolvimento Social e
Combate à Fome



Local

Centro de Convenções Ulysses Guimarães – Eixo Monumental – Lote 5 – Brasília (DF)

Coordenação do evento: Elvira Cruvinel

E-mail: inclusao.financeira@bcb.gov.br

Data

De 17 a 19 de novembro de 2010

Objetivo

Construir agenda para promoção de adequada inclusão financeira no Brasil, por meio de parcerias, em busca de um sistema financeiro sustentável, eficiente e inclusivo.

Público-alvo

Quatrocentos e cinquenta convidados, entre os quais representantes do governo, representantes do segmento de microfinanças, estudiosos e fomentadores, nacionais e internacionais.

Dia 17: primeiro dia

13h – Credenciamento dos participantes

14h – Abertura dos trabalhos

Alexandre Antonio Tombini – Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro

Paulo Tarciso Okamoto – Presidente do Sebrae Nacional

Lúcia Márcia Modesto Pereira – Secretária Nacional de Renda e Cidadania do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Márcio Lopes de Freitas – Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Sergio Odilon dos Anjos – Chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro

I Painel:

Promovendo a Inclusão Financeira Global – Princípios e plano de ação do Grupo de Especialistas em Inclusão Financeira (Fieg) do G20

Coordenador: Luiz Edson Feltrim

Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – BCB

Rodrigo Pereira Porto – Co-chair do grupo Atisg (Acesso por Meios Inovadores) do Fieg/G20 e Assessor Sênior do Departamento de Normas do Sistema Financeiro – BCB

Denise Dias – Policy Specialist & Regional Manager for Latin America and Caribbean – CGAP

Celina Lee – Monitoring & Evaluation Specialist – Alliance for Financial Inclusion (AFI)

Terence Gallagher – Microfinance Specialist – International Finance Corporation (IFC)

II Painel:

Desafios e Diagnóstico da Inclusão Financeira no Brasil

Coordenador: Sergio Odilon dos Anjos

Chefe do Departamento de Normas do Sistema Financeiro – BCB

A Inclusão Financeira de Pequenos Negócios: desafios da competitividade e desenvolvimento sustentável

Carlos Alberto dos Santos – Diretor Técnico do Sebrae Nacional

Relatório de Inclusão Financeira do Banco Central: construindo um mapa da inclusão financeira no Brasil

Elvira Cruvinel Ferreira Ventura – Consultora do Departamento de Normas do Sistema Financeiro – BCB

Os horários dos painéis serão anunciados pelo mestre de cerimônias.

16h30 – Inclusão Financeira no Governo Lula

Com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República, **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Solicita-se o comparecimento com trinta minutos de antecedência.

19h – Coquetel

Dia 18: segundo dia

Painéis temáticos

Serão cinco painéis simultâneos, com uma palestra geral e quatro mesas de debates cada. Haverá limitação no número de participantes em cada painel. Veja descrição do conteúdo de cada painel ao final desta programação.

Painel 1 – Marco Regulatório para Inclusão Financeira

Painel 2 – Inclusão Financeira de Pequenos Negócios

Painel 3 – Finanças Solidárias e Desenvolvimento Territorial

Painel 4 – Educação Financeira e Proteção ao Consumidor

Painel 5 – Inclusão Financeira das Famílias de Baixa Renda no Brasil

Programação geral dos painéis temáticos

8h30 – Palavras do coordenador geral e palestra de abertura

9h – Mesa 1

10h45 – *Coffee break*

11h15 – Mesa 2

13h – Almoço para todos os participantes, a ser servido no mezzanino

14h30 – Mesa 3

16h15 – *Coffee break*

16h45 – Mesa 4

18h30 – Encerramento dos painéis temáticos

Dia 19: terceiro dia

Convergência: Desenvolvimento de Agenda para Adequada Inclusão Financeira no Brasil

8h30 – Liderança Governamental na Promoção da Inclusão Financeira: o caso do México
Raúl Hernandez-Coss – Director General para el Acceso a Servicios Financieros – Comisión Nacional Bancaria y de Valores (CNBV)

9h – I Painel:

Perspectiva de Representantes de Governo: principais pontos para promoção da inclusão financeira no Brasil

Coordenador: Otávio Damaso

Anderson Brandão – MDS
Fábio José Bechara Sanchez – MTE
Guilherme Montoro – BNDES
Manoel Vital de Carvalho Filho – MDA

9h40 – Debate

10h – II Painel:

Perspectiva das Entidades de Classe: principais pontos para promoção da inclusão financeira no Brasil

Coordenador: Sergio Odilon dos Anjos

Ademiro Vian – Febraban
Almir da Costa Pereira – Abcred
Marcelo Rocha – ABSCM
Marco Antonio Lima – ABDE
Sílvio César Giusti – OCB

10h50 – Debate

11h10 – *Coffee break*

11h40 – III Painel:

Síntese das Discussões dos Painéis Temáticos

Coordenadora: Elvira Cruvinel

Painel 1: Sergio Odilon dos Anjos
Painel 2: Alexandre Guerra de Araújo
Painel 3: Marusa Vasconcelos Freire
Painel 4: José Linaldo Gomes de Aguiar
Painel 5: Anderson Brandão

Das 13h às13h30 – Encerramento

Sergio Odilon dos Anjos – BCB

Carlos Alberto dos Santos – Sebrae

Márcio Lopes de Freitas – OCB

Rômulo Paes de Sousa – MDS

Wilson Levorato – Febraban

**Conteúdo dos
Painéis Temáticos
do dia 18/11/10**

Painel 1

Marco Regulatório para Inclusão Financeira

Coordenador geral: Sergio Odilon dos Anjos – BCB

Palestra inaugural

Denise Dias – Policy Specialist & Regional Manager for Latin America and Caribbean – CGAP

Mesa 1

Microcrédito: entraves e propostas para o direcionamento obrigatório

Coordenador técnico: Sergio Odilon dos Anjos – BCB

Debatedores:

Gilson Bittencourt – Secretário Adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda

Gueitiro Matsuo Genso – Diretor Setorial de Produtos de Crédito Pessoa Física da Febraban e Diretor do BB

Luiz Carlos Floriani – Diretor da Abcred

José Antônio Bof Buffon – Vice-Presidente da ABDE e Presidente do Bandes

O crédito é importante impulsionador do desenvolvimento econômico, especialmente para a população de baixa renda e para microempreendedores. Tendo em conta as dificuldades de acesso ao crédito dessa população, o governo brasileiro, por meio de legislação específica, estabeleceu o direcionamento obrigatório de parte dos recursos dos depósitos a vista para aplicação em operações de microcrédito. Verifica-se, entretanto, que parte expressiva dos recursos do direcionamento está sendo mantida no Banco Central, sem remuneração. Por outro lado, instituições de microfinanças, por vezes, enfrentam dificuldades para financiar suas atividades. A discussão dos problemas e das soluções que poderiam ser adotadas para reverter esse cenário é o objetivo dessa mesa, que se guiará pelas seguintes questões-chave:

- a. Quais os principais entraves para que os recursos do direcionamento sejam efetivamente emprestados?
- b. Por que os recursos disponíveis, hoje mantidos no Banco Central, não são repassados para as instituições especializadas em microcrédito?
- c. Que alternativas poderiam ser desenvolvidas para que o crédito atingisse as populações de baixa renda e de microempreendedores?

Mesa 2

Correspondentes no País: desafios para aprimorar a inclusão financeira

Coordenador técnico: Eduardo Ferrari de Araújo – BCB

Debatedores:

Frederico Fernandes de Queiroz Filho – Diretor Setorial de Correspondente não Bancário da Febraban e Gerente Executivo do BB

Luis Carlos Bento Dias – Presidente da Aneps

Renato Oliva – Presidente da ABBC

Tania Christopoulos – Professora na Universidade de São Paulo e pesquisadora do Centro de Estudos em Microfinanças da Eaesp – FGV/SP

O desenvolvimento dos correspondentes proporciona mais quantidade, qualidade e disponibilidade de serviços financeiros à população. A capilaridade da rede existente permite proporcionar ou ampliar o acesso a contas de depósito e de poupança, a créditos, a seguros e aos meios de pagamento, tanto para famílias de baixa renda como para micro e pequenos empreendedores.

Considerando-se que as atividades desenvolvidas por correspondentes trazem benefícios às instituições financeiras, à população e ao país, o arcabouço regulatório que suporta o modelo deve ser sólido e consistente, proporcionando segurança jurídica e perenidade.

- a. De uma forma geral, o marco regulatório para correspondentes está adequado ou precisa de alterações? Quais seriam os principais pontos a serem considerados em eventuais estudos para o aperfeiçoamento das normas existentes sobre esse tema?
- b. Considerando o modelo de correspondentes no país, conforme disposições legais e regulamentares, há espaço para que possa haver atuação com foco em microcrédito?
- c. Como a rede de correspondentes poderia ser utilizada ou adaptada para ampliar a disponibilização de outros serviços financeiros, além dos serviços transacionais já plenamente atendidos pelo modelo existente? Seria necessário alterar a regulamentação para atingir esse objetivo?
- d. A legislação existente está adequada ou precisa ser aperfeiçoada para garantir a perenidade do modelo de correspondentes atual, considerando-se os riscos relacionados à atividade?
- a. Sendo os correspondentes remunerados por comissão variável em razão de prazo e taxa de juros, como conciliar a busca por lucro e o crédito adequado ao cliente (*suitability*)?

Mesa 3

Mobile Payment: inovações em pagamentos de varejo

Coordenador técnico: Mardilson Queiroz – BCB

Debatedores:

Cláudio Prado – Diretor de Tecnologia (CIO) do Santander Brasil

Maurício Romão – Diretor de Produtos e Serviços Financeiros da Vivo

Raul Francisco Moreira – Coordenador do Comitê de Produtos da Abecs

Roberto Rittes – Diretor Geral da Oi-Paggo

Sergio Goldstein – Consultor independente

Não há dúvida de que a rede de celular ganhará cada vez mais espaço na cadeia de oferta de serviços financeiros, mais especificamente quanto a serviço de pagamentos. No Brasil, diversos segmentos defendem a tese de que a maior contribuição dessa tecnologia na oferta de serviço de pagamento será como facilitador para inclusão financeira. Para isso, são desejáveis algumas características, como simplicidade, conveniência, universalidade, interoperabilidade, segurança, custo e velocidade.

Padrões tecnológicos industriais já estão consolidados, há viabilidade de modelos compartilhados entre os bancos e as operadoras com utilização da infra-estrutura instalada do sistema de pagamentos. O sistema financeiro brasileiro é desenvolvido e do lado das operadoras de telefonia móvel há uma consolidação dos principais agentes.

Contudo, mesmo tendo havido discussões há quase dez anos, até o momento poucas iniciativas têm surgido e nenhuma tem alcançado um nível de desenvolvimento que tenha cobertura e usabilidade próximo ao potencial.

Compreender o cenário atual, os desafios a serem vencidos e o papel dos reguladores para que o mercado desenvolva solução inovadora é o objetivo dessa mesa.

- a. Em que medida bancos e operadoras efetivamente consideram o potencial de inclusão financeira nas iniciativas que têm sido lançadas ou que estão em planejamento? Quais obstáculos para desenvolvimento de modelo de negócio para *mobile payment* que tenha potencial para facilitar a inclusão financeira?
- b. Para a oferta de serviços direcionados à inclusão financeira, quais as tecnologias de acesso móvel mais adequadas? Como estão sendo pensados os serviços em relação à interface com o usuário e segurança da informação? A proposta de regulação da Anatel sobre MVNO altera os incentivos para desenvolvimento de modelo de negócio?

- c. Há necessidade de arcabouço regulatório do sistema financeiro, proporcional ao risco, que autorize instituições não bancárias a ofertar serviço de pagamento, permitindo, assim, mais contestabilidade?
- d. A criação de um fórum com acento para os principais agentes do ecossistema, inclusive agências governamentais, seria necessária para solução de conflitos de interesse, elaboração de padronização mínima e desenho de modelo de negócio com definição clara de responsabilidades e direitos, de forma a alcançar um produto inovador quanto a viabilização de inclusão financeira?

Mesa 4

Modelo de Instituição de Microfinanças: experiências e tendências

Coordenador técnico: Luiz Edson Feltrim – BCB

Debatedores:

Alexandre Darzé – Operations Officers do IFC

Luis Ovalle Gates – Gerente geral do Grupo ACP (Peru)

Rubens Andrade Neto – Diretor da ABSCM

Valdi Dantas – Diretor da Finsol

O microcrédito tem se mostrado como ferramenta importante na promoção do desenvolvimento econômico-social de regiões não atendidas pelo crédito tradicional, desde que existam veículos de distribuição adequados para alcançar o público-alvo, sem o que o objetivo maior não é atingido. Com isso, uma das discussões que se tem travado ao longo dos últimos anos é sobre qual a melhor estrutura institucional para viabilizar o microcrédito, lembrando que as experiências de microcrédito no setor bancário, bem como das Oscips especializadas, antecedem à definição do atual marco regulatório. A partir de debates com os especialistas do setor público e da iniciativa privada, por ocasião da regulamentação do setor, surgiu a figura da Sociedade de Crédito ao Microempendedor (SCM). Entretanto, as SCMs não conseguiram cumprir, na sua plenitude, o papel de instituições financeiras adequadas para ofertar microcrédito. Desse modo, surgiu a necessidade do aperfeiçoamento de seu modelo institucional, hoje remodelada para Sociedade de Crédito ao Microempendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCMEPP), que tem atuação relevante na disseminação de crédito para micro e pequenos empreendedores, contudo não tem atingido as camadas mais demandantes de crédito, os empreendedores informais, rurais e urbanos. Por outro lado, as discussões, realizadas em vários ambientes, identificaram que existem lacunas na oferta de outros produtos, tais como seguro, poupança, meios de pagamentos/recebimentos e outros produtos e serviços que fazem parte do mercado microfinanceiro. Desse modo, faz-se necessário discutir qual o modelo de instituição preencheria as lacunas desse mercado, lembrando que essas instituições reguladas especificamente para indústria de microfinanças funcionariam na presença de outras instituições que já atuam nessa indústria, uma vez que elas atenderiam públicos diferentes; ou seja, há espaço para todos. Compreender as dificuldades e ouvir experiências de outras jurisdições é o papel a ser desempenhado por essa mesa, que poderá abordar as seguintes questões:

- a. Considerando a demanda existente e a experiência acumulada, como pode ser avaliada a atuação das instituições especializadas na oferta de microcrédito?
- b. Existe modelo único de instituição microfinanceira ou devemos conviver com multiplicidade de opções?
- c. Quais são as características essenciais para uma instituição de microfinanças, sob o ponto de vista da governança?
- d. Como tem sido a experiência em outros países?
- e. Como se dá a sustentabilidade de uma instituição microfinanceira, ou seja, como devem realizar as operações ativas e passivas?
- f. Os programas de subsídio representam solução ou entrave ao desenvolvimento do microcrédito pelas instituições especializadas?

Painel 2

Inclusão Financeira de Pequenos Negócios

Coordenador geral: Alexandre Guerra de Araújo - Sebrae

Palestra inaugural

Lauro Emílio Gonzalez Farias – Professor e pesquisador do Centro de Estudos em Microfinanças da Eaes – FGV/SP

Mesa 1

Inclusão Financeira de Empreendedores Individuais, Micro e Pequenas Empresas: a visão dos sistemas organizados

Coordenador técnico: José Humberto Maurício de Lira – MTE/PNMPO

Debatedores:

Almir Pereira da Costa – Presidente da Abcred

Luiz Alberto Pititinga – Primeiro Vice-Presidente da ABDE e presidente do Desenbahia

Luiz Gonzaga Viana Lage – Vice-Coordenador do Conselho Consultivo de Crédito da OCB (Ceco)

Marcelo Gonzaga Rocha – Presidente da ABSCM

Os sistemas organizados e representativos das Instituições Financeiras de Desenvolvimento, Organizações Não Governamentais (ONG/Oscip), Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e Empresas de Pequeno Porte (SCMEPP) e Cooperativismo de Crédito têm buscado atender ao segmento de pequenos negócios com produtos e serviços que desafiam suas estruturas tradicionais promovendo a inclusão financeira de empreendedores individuais, micro e pequenas empresas. Para tanto, é necessário promover alterações no marco legal das microfinanças que estejam aliadas às principais políticas públicas direcionadas a pequenos negócios, a exemplo da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. A discussão dos problemas e das soluções que poderiam ser adotadas para reversão desse cenário é o objetivo dessa mesa, que se guiará pelas seguintes questões-chave:

- a. Qual é o papel do estado, da sociedade civil e do sistema financeiro quando da definição de modelos de atuação em microfinanças e inclusão financeira?
- b. Como a inclusão financeira pode contribuir para o desenvolvimento de pequenos negócios em territórios mais deprimidos economicamente?
- c. A formalização de empreendedores individuais é significativo para o segmento de microfinanças no Brasil?

Mesa 2

A Visão de Organismos Internacionais de Fomento: o contexto brasileiro em debate

Coordenador técnico: Guilherme Montoro – BNDES

Debatedores:

Matthias Knoch – Coordenador Brasil Nordeste e Moçambique da DGRV

Maud Chalamet – Diretora executiva da Planet Finance Brasil

Maira Paz Estensoro – Representante no Brasil da Corporação Andina de Fomento (CAF)

Terence Gallagher – Microfinance Specialist do IFC

Organismos internacionais de apoio ao setor produtivo têm buscado contribuir para a discussão em torno dos desafios das microfinanças, assim como possibilidades de avanço a partir de experiências exitosas. A discussão dos problemas e das soluções que poderiam ser adotadas para reversão desse cenário é o objetivo dessa mesa, que se guiará pelas seguintes questões-chave:

- a. Quais os entraves ao fomento efetivo dos organismos internacionais às microfinanças no Brasil?

- b. Qual a importância dos pequenos negócios no contexto da inclusão financeira, quando comparados a experiências internacionais similares?
- c. O mercado de crédito para pequenos negócios do Brasil está preparado para a concorrência internacional? Como grandes *players* internacionais percebem o mercado brasileiro de microfinanças?

Mesa 3

Fundos e Sociedades de Garantia de Crédito

Coordenador técnico: Gilson Bittencourt – MF

Debatedores:

Jose de Alencar de Souza e Silva – Analista Uasf Sebrae

Marcelo Porteiro Cardoso – Gerente de Departamento – BNDES – FGI

Ricardo Cavinato – Diretor Executivo da Garantiserra

Ronaldo Pozza – Gerente de Divisão do Banco do Brasil – FGO

A falta de garantias é um dos principais entraves relacionados ao acesso a crédito pelas micro e pequenas empresas e empreendedores individuais brasileiros, sendo necessário entender de forma mais profunda como os atuais instrumentos alternativos e complementares de garantias de crédito atuam no sentido de aumentar o acesso a serviços financeiros, com possibilidades de redução de custos e atendimento das necessidades de crédito de pequenos negócios formais. A discussão dos problemas e das soluções que poderiam ser adotadas para reversão desse cenário é o objetivo dessa mesa, que se guiará pelas seguintes questões-chave:

- a. Quais os principais limites e riscos envolvidos na utilização de instrumentos de garantias em pequenos negócios, frente à recente proliferação e crescimento dos fundos?
- b. Qual a importância dos mecanismos de garantia para o acesso dos pequenos negócios a crédito e financiamento?
- c. Qual a relação das Sociedades de Garantias de Crédito com a inclusão financeira?

Mesa 4

Projetos de Inclusão Financeira e Pequenos Negócios: experiências e casos práticos

Coordenador técnico: Silvio Cesar Giusti – OCB/CECO

Debatedores:

Anadete Apoliano Albuquerque Torres – Superintendente da Área de Microfinanças urbana e MPE Crediamigo

Edney Souza Sacramento – Coordenador de Educação Cooperativa da Ascoob Serrinha

Jerônimo Rafael Ramos – Superintendente Santander Microcrédito

Juliana Paz – Gerente Ande

Projetos e programas de microcrédito e microfinanças podem e devem ser ampliados caso se pretenda atuar efetivamente no atendimento do mercado potencial de crédito para pequenos negócios formais e informais. Diversos modelos têm sido utilizados, desde os operados por Organizações Não Governamentais, passando por bancos públicos e privados, até cooperativas de crédito, demonstrando pluralidade de modelos, em que o desenho institucional (regional, estadual e local) é fator decisivo quando da definição do modelo a ser adotado. A discussão dos problemas e das soluções que poderiam ser adotadas para reversão desse cenário é o objetivo dessa mesa, que se guiará pelas seguintes questões-chave:

- a. Para sua instituição/organização, o que é ser sustentável, considerado-se o atual marco legal das microfinanças brasileiras?
- b. Como o atual nível de desenvolvimento do país interfere na forma de atuação das instituições de microcrédito/microfinanças?
- c. De que forma projetos e programas de microfinanças beneficiam a economia local? Como grandes empresas podem se beneficiar de programas de inclusão financeira direcionados à base da pirâmide/mercado de baixa renda?

Painel 3

Finanças Solidárias e Desenvolvimento Territorial

Coordenadora geral: **Marusa Vasconcelos Freire – BCB**

Palestra inaugural

Armando Melo Lisboa – Professor e pesquisador do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina

Mesa 1

Papel da Inclusão Financeira para o Desenvolvimento Territorial

Coordenador técnico: **Deoclécio Pereira de Souza – BCB**

Debatedores:

Armando Melo Lisboa – Professor e pesquisador do Departamento de Economia da Universidade Federal de Santa Catarina

Diogo Jamra Tsukumo – Pesquisador do Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo e representante do Instituto Kairós

José Ricardo da Costa e Silva – Assessor Pleno do Departamento Econômico – BCB

Manoel Vital de Carvalho Filho – Assessor Especial – Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Os territórios nos quais se empregam os instrumentos das finanças solidárias de maneira mais expressiva são, em geral, aqueles com maior dimensão comunitária e, simultaneamente, frágil inserção no mercado. Nessa primeira mesa, será apresentada a Política de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e discutida a relação entre o desenvolvimento desses territórios e a inclusão financeira da comunidade que nele reside, debatendo-se em que medida um fator influencia o outro, ou seja, de que maneira ocorre essa interação na prática, bem como os efeitos e impactos da implantação de ferramentas de finanças solidárias nesses territórios, nos quais, em geral, circuitos de intercâmbio não monetarizados são mais expressivos.

- a. Como as políticas existentes podem apoiar a inclusão financeira nos territórios como estratégia de desenvolvimento sustentável?
- b. Como a inclusão financeira contribui no processo de dinamização da economia do território e que outras ações devem ser implementadas paralelamente?
- c. As finanças solidárias são uma alternativa de democratização de acesso ao crédito que tem o potencial de promover a inclusão financeira e o desenvolvimento das comunidades nos territórios?
- d. Quais os efeitos de programas de finanças solidárias sobre os laços comunitários e as práticas sociais locais decorrentes da inserção de moedas comunitárias em territórios “desmonetarizados”?

Mesa 2

Sistemas Territoriais de Finanças Solidárias

Coordenador técnico: **Fabiano Costa Coelho – BCB**

Debatedores:

Ademar Bertucci – Membro da coordenação colegiada da Cáritas Brasileira e da coordenação executiva do Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Adriano Michelin – Presidente da Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito de Economia Solidária (Confesol)

Regilane Fernandes – Coordenação Geral de Apoio a Negócios e Comércio Territorial – MDA

Discutir sobre a necessidade de organização das ferramentas de finanças solidárias em um sistema territorial de finanças solidárias não somente nos locais onde já são aplicadas, mas igualmente naqueles em que venham a ser administradas, bem como delinear os principais contornos desse sistema e definir as estratégias de sua eventual implantação nos territórios, com foco na atuação das cooperativas de crédito e dos demais agentes de desenvolvimento local, são esses os objetivos dessa segunda mesa.

- a. Existe ambiência para se pensar em “sistema” nos lugares onde já operam ferramentas isoladas de finanças solidárias (cooperativas de crédito, bancos comunitários, moedas sociais, fundos rotativos solidários)?
- b. Quais as vantagens de pensar um “sistema”, e não mais apenas ferramentas?
- c. Quais os principais componentes que deve ter um sistema territorial de finanças solidárias?
- d. Qual a estratégia para inserir esse tema na pauta dos Colegiados Territoriais?

Mesa 3

Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários

Coordenador técnico: Marden Marques Soares – Sicoob

Debatedores:

Genauto França Filho – Coordenador da Incubadora de Economia Solidária e Gestão de Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia – Ites/UFBA

João Joaquim de Melo Neto Segundo – Coordenador geral do Instituto Palmas e representante da Rede Brasileira de Bancos Comunitários

Paul Israel Singer – Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Os representantes do Ministério da Justiça, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES, além de outros parceiros da iniciativa que estiverem presentes, poderão ser chamados para compor a mesa.

Essa mesa promoverá o lançamento da Ação de Fomento às Finanças Solidárias com base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários, desenvolvida no contexto do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Serão apresentados os elementos constituintes, objetivos, metas e perspectivas desse projeto nacional, além da visão das entidades parceiras executoras e das instituições parceiras do projeto, como os bancos públicos e outros órgãos de governo, como o Ministério da Justiça. O foco do debate será no papel dos bancos comunitários para o processo de democratização do sistema financeiro e em questões relacionadas às limitações e possibilidades de financiamento da economia solidária.

Mesa 4

Desafios e Obstáculos para o Desenvolvimento das Finanças Solidárias

Coordenadora técnica: Marusa Vasconcelos Freire – BCB

Debatedores:

Gilson Schwartz – Coordenador da Cidade do Conhecimento e professor da Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo.

Leonora Michelin Laboissière Mol – Coordenadora do Ateliê de Ideias e do Banco Comunitário Bem – Vitória (ES)

Patrícia Andrade Machado – Coordenadora do Programa de Bancos Comunitários da Care Brasil

Tema recorrente nos debates sobre tendências no mundo financeiro, a questão do desenvolvimento tecnológico não poderia deixar de ser abordada, especialmente em se tratando da utilização de tecnologias

de informação e de comunicação (TICs) no âmbito das finanças solidárias e do aperfeiçoamento de suas instituições e ferramentas (cooperativas de crédito, bancos comunitários, moedas sociais circulantes locais e fundos rotativos solidários). Os desafios e obstáculos para o desenvolvimento das finanças solidárias e o exame de soluções envolvendo TICs serão o centro dos debates nessa última mesa. Nesse sentido, serão discutidas estratégias para a obtenção de apoio de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico de ferramentas de finanças solidárias.

- a. Quais os atuais desafios e obstáculos para o desenvolvimento das finanças solidárias?
- b. Como conseguir apoio de políticas para custear não apenas a organização e implantação de ferramentas de finanças solidárias (cooperativas de crédito, bancos comunitários, moedas sociais circulantes locais e fundos rotativos solidários) como instrumentos de fomento ao desenvolvimento de territórios, mas também o avanço tecnológico dessas ferramentas?
- c. Quais as possibilidades de aumento de transparência, boa governança e escala em finanças solidárias a partir do uso de sistemas digitalizados?
- d. Em que medida as TICs e as redes sociais podem desenvolver novas formas de bancarização e finanças solidárias e sustentáveis?

No encerramento dessa mesa, será exibido o filme *Moedas Criativas*, uma produção do Programa Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura.

Painel 4

Educação Financeira e Proteção ao Consumidor

Coordenador geral: José Linaldo Gomes de Aguiar

Palestra inaugural

José Alexandre Vasco – Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Mesas 1 e 2

Educação Financeira: elemento-chave para inclusão responsável

Coordenador Técnico: José Linaldo Gomes de Aguiar – BCB

Debatedores:

Fábio Moraes – Diretor de Educação Financeira da Febraban

José Dutra Vieira Sobrinho – Professor e Vice-Presidente da Ordem dos Economistas do Brasil (OEB)

Patrícia Quadros – Gerente dos Programas de Popularização da BMF&Bovespa

Paulo Rossi – Presidente Executivo da Abac

Vera Rita de Mello Ferreira – Representante no Brasil da International Association for Research in Economic Psychology – Iarep

Na última década, milhões de novos clientes chegaram ao mercado. É um grande contingente populacional de baixa renda e pouca instrução que passa a usufruir de produtos e serviços financeiros. Estudos demonstram que um consumidor educado financeiramente tende a melhor planejar seus gastos, pesquisar e comparar preços para aumentar seu poder de compra, estimulando o desenvolvimento e a livre concorrência e contribuindo para controle da inflação.

Se a educação financeira auxilia os consumidores a fazer as perguntas corretas e a buscar informação sobre produtos e organizações, de forma a tomarem as melhores decisões, também minimiza os riscos das instituições financeiras, pois cidadãos com maior conhecimento são menos vulneráveis a fraudes e superendividamento.

Nesse cenário, cabe verificar a responsabilidade dos órgãos reguladores e das demais instituições no processo de educação financeira, visando a inclusão responsável desses novos consumidores. O objetivo dessa mesa é discutir de que forma a educação financeira auxilia o processo de inclusão financeira, a responsabilidade de cada ator nesse processo e os desafios para que a educação financeira seja eficaz no processo de inclusão. Assim, o debate visa responder as seguintes questões:

- a. Que aspectos da educação financeira devem ser abordados e priorizados para a adequada inclusão financeira do brasileiro?
- b. Como a educação financeira pode ser fator de mitigação de riscos para os cidadãos e para as instituições financeiras?
- c. Quais são os grandes desafios para uma educação financeira eficaz, que produza resultados efetivos para o cidadão e para a economia do país?

Mesas 3 e 4

Inclusão Financeira e Proteção ao Consumidor

Coordenador técnico: Ricardo Liao – BCB

Debatedores:

Arício José Menezes Fortes – Subprocurador-Geral da PGBC – BCB

Eduardo Ferrari de Araújo – Coordenador Departamento de Supervisão de Bancos e de Conglomerados Bancários – BCB

Francisco Calazans – Diretor Setorial da Febraban

Leonardo Roscoe Bessa – Diretor para Assuntos Internacionais do Instituto Brasilcon

Walquíria Quixadá – Procuradora Regional da República

A educação financeira dos cidadãos e a estrutura institucional de proteção de seus direitos representam um binômio essencial à manutenção dos níveis de solidez e eficiência do Sistema Financeiro Nacional. A utilização adequada de ferramentas de educação financeira auxiliam o cliente no processo de escolha e avaliação de riscos de serviços financeiros. Por sua vez, a existência de uma estrutura institucional que viabilize a proteção de seus direitos reforça o papel da educação financeira como elemento mitigador de riscos ao sistema, melhorando a utilização da rede de serviços financeiros.

O processo de inclusão financeira, com base no período de estabilidade econômica e massa salarial crescente, viabiliza a incorporação de um grande número de cidadãos que estão começando uma relação contratual com as instituições financeiras. Nesse cenário:

- a. Como garantir a equidade e a transparência na relação entre consumidor e instituição financeira? Quais são os mecanismos necessários para a resolução efetiva e oportuna dos possíveis conflitos entre as partes?
- b. Qual o papel a ser desempenhado pelo Banco Central do Brasil e pelos órgãos de defesa do consumidor em relação ao assunto? Como aprimorar as condições de cooperação entre essas instituições?
- c. Qual a percepção de bancos e da sociedade em relação à eficácia das ferramentas adotadas, em conformidade com a legislação e regulamentação em vigor, para reduzir conflitos na prestação de serviços financeiros?
- d. O Código de Defesa do Consumidor obriga a divulgação sobre os riscos vinculados aos produtos e serviços. As instituições financeiras têm essa preocupação, especialmente em relação ao crédito?

Painel 5

Inclusão Financeira das Famílias de Baixa Renda

Coordenador geral: Anderson Brandão

Palestra inaugural

Julie Zollman – Bankable Frontier

Mesa 1

Acesso e Utilização de Serviços Financeiros por Famílias de Baixa renda

Coordenador técnico: Roberto Barreto – Caixa

Debatedores:

Eduardo Diniz – Professor e pesquisador do Centro de Estudos em Microfinanças da Eaes – FGV/SP

Marden Marques Soares – Diretor Presidente da Agência de Fomento de Alagoas e Superintendente da Confederação de Cooperativas de Crédito – Sicoob

Mauricio Blanco Cossío – Diretor Adjunto do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets)

Serviços financeiros são normalmente direcionados aos segmentos de maior renda. A exclusão financeira não é condizente com a construção de uma sociedade democrática que busca promover o bem-estar de sua população, favorecendo o acesso a bens e serviços em bases econômicas sustentáveis, com equidade e respeitando diversidades culturais. Há, no entanto, desafios para que o sistema financeiro brasileiro consiga ser inclusivo. Compreender o cenário atual, focalizar conceitos como acesso, utilização de serviços financeiros, bem como diretrizes para implantação de uma política pública de inclusão financeira dos pobres, é o objetivo dessa primeira mesa.

- a. Qual o panorama atual dos serviços financeiros no mundo, relativamente às famílias pobres?
- b. Que barreiras de acesso do sistema financeiro poderiam explicar a pequena penetração de serviços financeiros na classe de baixa renda?
- c. Que diretrizes poderiam ser adotadas pelo setor privado e pelo público em uma estratégia de inclusão financeira que alcance, com eficiência econômica, a população de baixa renda?

Mesa 2

Iniciativas de Inclusão Financeira da População de Baixa Renda

Coordenadora técnica: Lúcia Modesto – MDS

Debatedores:

Humberto José Teófilo Magalhães – Superintendente Nacional de Renda Básica da Caixa

Lauro Emílio Gonzalez Farias – Professor e pesquisador do Centro de Estudos em Microfinanças da Eaes – FGV/SP

Ricardo Tavares – Vice-Presidente Júnior da GSMA

Se levar serviços financeiros à população de baixa renda é preocupação de muitos países, também tem sido profícuo o desenvolvimento de iniciativas nesse campo, tanto por meio de instituições financeiras quanto por instituições não financeiras. Apoiado em exemplos de projetos brasileiros e internacionais, essa mesa pretende discutir o quanto e como algumas iniciativas estão conseguindo realizar a inclusão financeira da população de baixa renda, eficientemente.

- a. O mercado financeiro tradicional, de instituições financeiras reguladas pelos Bancos Centrais, é capaz de prover serviços financeiros, com rentabilidade, à população de baixa renda?

- b. É admissível inclusão financeira dos pobres por meio de parceria entre instituições financeiras tradicionais e novos atores, que possuam modelos de negócio com penetração no mercado de baixa renda e não sejam necessariamente instituições financeiras reguladas? Em que bases de negociação isso poderia ocorrer?
- c. Em que medida é possível assumir que a inclusão financeira da população de baixa renda poderia se dar, principalmente, por uma modalidade de serviço financeiro, que levasse a outros serviços mais sofisticados (cartões de pagamento, bancarização, microcrédito, seguros etc.)?

Mesa 3

Inovação em Serviços Financeiros para População de Baixa Renda

Coordenador técnico: Marcelo de Matos Ramos – Ministério da Fazenda

Debatedores:

Adrian Kemmer Cernev – Professor e pesquisador do Centro de Estudos em Microfinanças da Eaesp – FGV/SP

Edson Moreira Correa Filho – Gerente Executivo da Unidade de Gestão de Canais do Banco do Brasil

Luciana Aguiar – Sócia sênior do Plano Consultoria – CDE

Inovação no desenvolvimento de serviços e produtos financeiros tem caracterizado o sistema financeiro brasileiro, em que a robustez de sistemas dos bancos e outras instituições financeiras possibilita conforto, segurança e conveniência para pessoas de classe média e alta, com variada gama de canais de distribuição de serviços (*internet banking, mobile banking, caixas automáticos multiserviços* etc.). O desenho e o desenvolvimento de produtos financeiros para a população de baixa renda, mesmo nesse cenário de excelência tecnológica, ainda impõem desafios a todos que buscam a inclusão financeira. Discutir os gargalos de inovação e implantação de serviços financeiros para a população de baixa renda é o centro do debate dessa terceira mesa.

- a. O que caracteriza os processos de inovação em matéria de serviços financeiros e que vetores poderiam orientar o sistema bancário brasileiro a utilizar sua capacidade de modernização para oferecer serviços financeiros a população de baixa renda?
- b. Abordando a questão pelo lado da demanda por serviços financeiros dessa natureza, de que modo o mercado financeiro tradicional poderia melhorar o desenho de seus produtos, a concepção e a construção de redes de distribuição e o diagnóstico e o conhecimento da demanda dos clientes de baixa renda?
- c. Se a construção de modelos de negócio para atendimento do público de baixa renda requer dos atores inovação no desenho de produtos, com ênfase em baixos custos de operação, capilaridade e escalabilidade, o que tem faltado para que a iniciativa privada brasileira assuma papel de liderança na inclusão financeira?

Mesa 4

Programas de Transferência de Renda Condicionada e Inclusão Financeira

Coordenadora técnica: Regina Lidia Giordano Simões – Susep

Debatedores:

Anderson Brandão – Diretor de Benefícios do MDS

Jamie Holmes – Program Associate – New America Foundation

Sarah Rotman – Analista de Microfinanças – CGAP/Banco Mundial

Embora políticas de inclusão financeira evoquem questões mais afetas à regulação e à melhoria do ambiente de negócios da economia, os programas de transferência de renda condicionada (PTRC) têm a vantagem de nominar individualmente os financeiramente excluídos, pela grande correlação entre nível de renda e falta de inclusão financeira. Discutir a integração de políticas de inclusão financeira à política social, em especial junto aos PTRC, como forma de levar serviços financeiros para as famílias pobres, é o objetivo dessa última mesa do Paineel.

- a. Em que medida a política social pode se integrar com política de inclusão financeira, justificando, portanto, uma atuação conjunta para eliminar a exclusão financeira?
- b. Se, de fato, é facilitada a inclusão financeira de famílias atendidas por PTRC, pelo fato do público-alvo ser conhecido e já possuir uma relação com a instituição financeira pagadora, que desafios ainda precisam ser superados para modificar um patamar de relacionamento baseado apenas no saque dos benefícios?
- c. Há um serviço financeiro mais vantajoso, ou propício, para servir de elo entre políticas de inclusão financeira e os PTRC?